

## REQUERENTE

Nome (completo) \_\_\_\_\_, ☐,  
nascido/a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, titular do B.I./ Cartão de Cidadão/ Passaporte/ Título de  
Residência, Autorização de Residência (\*) nº \_\_\_\_\_, emitido a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, natural de \_\_\_\_\_, de nacionalidade  
\_\_\_\_\_, residente no/a \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Luz LGS. NIF: \_\_\_\_\_

## TESTEMUNHAS

### 1ª Testemunha

Nome (completo) \_\_\_\_\_  
B.I./C.C. (\*) nº \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura  
\_\_\_\_\_  
(conforme documento de identificação)

### 2ª Testemunha

Nome (completo) \_\_\_\_\_  
B.I./C.C. (\*) nº \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura  
\_\_\_\_\_  
(conforme documento de identificação)

(\*) riscar o não aplicável

☐ Declaro que são verdadeiras as declarações constantes do presente documento, pelas quais assumo inteira responsabilidade, consequente da sua inexactidão ou falsidade e autorizo o seu uso para elaboração do documento.

☐ Declaro prestar por este meio, para os efeitos previstos nos artigos 6º, n.º 1, alínea a), 9.º, n.º 2, alínea a) e 13.º do Regulamento (EU) 2016/ 679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados), o meu consentimento expresso para a recolha, utilização e tratamento dos meus dados pessoais, para execução do Atestado.

Assinatura

Luz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(conforme documento de identificação)

☐ Declaro que recebi o atestado.

Assinatura

Luz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(conforme documento de identificação)

- A declaração deverá ser assinada presencialmente por testemunhas de nacionalidade portuguesa e recenseadas nesta Freguesia, que não tenham parentesco com o requerente, nem vivam na mesma residência.
- Todos os campos são de carácter obrigatório.
- As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal conforme o nº 4, do art.º 34º, do Decreto-Lei 135/ 99, de 22 de abril. Detetados indícios de prática de crime de falsas declarações incumbe este organismo a participar tal para efeitos de procedimento criminal, junto dos competentes Serviços do Ministério Público.